

Universidade Federal de Santa Maria
Polo de Cachoeira do Sul
Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio

**História da sociologia e atual realidade do mercado
de trabalho no Brasil**

ARTIGO CIENTÍFICO

Marcia Ellwanger

Cachoeira do Sul, RS, Brasil.

2015

Universidade federal de Santa Maria
Polo Cachoeira do Sul
Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio

A comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova o artigo científico

**História da sociologia e atual realidade do mercado
de trabalho no Brasil**

Elaborado por

Marcia Ellwanger

Comissão examinadora:

Dejalma Cremonese

(Presidente/orientador)

Marcio Cenci

Cachoeira do Sul, 16 de dezembro de 2015

História da Sociologia e atual realidade do mercado de trabalho no Brasil

Marcia Ellwanger¹

Marcio Cenci²

Resumo

Este presente artigo busca, em linhas gerais, mostrar a trajetória da disciplina de Sociologia na licenciatura, bem como mostrar que, além das idas e vindas desta disciplina no currículo, ela encontra outra dificuldade, ou seja, para quem está formado nesta área não há um mercado favorável. Isso porque um dos problemas da licenciatura em Sociologia é que há profissionais de outras áreas que atuam nesta área no Ensino Médio.

Abstract

This article seeks, in general lines, to show the trajectory of the discipline Sociology degree, as well as showing that, in addition to the comings and goings of this discipline in the curriculum, it encounters another difficulty, that is, for is formed in this area there is a favorable market. This is because one of the problems of the degree in Sociology is that there are professionals from other areas who work in this area in High School.

Introdução

A história do ensino de Sociologia foi marcada por idas e vindas desta disciplina e sua obrigatoriedade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Foi a partir da aprovação da lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008, que a Sociologia teve seu lugar na garantido como disciplina curricular do Ensino Médio. Entretanto, houve a diminuição do tempo curricular de outras disciplinas.

Porém, mesmo sendo obrigatória a disciplina de Sociologia no Ensino Médio, a maior parte dos professores que lecionam esta disciplina são de

¹ Especializanda em Ensino da Sociologia no Ensino Médio.

² Professor orientador, doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

outras áreas. Isso ocasiona a falta de emprego para os professores com formação específica na área de Sociologia, e também um ensino que se supõe ser de menor qualidade dada a falta de formação específica.

Desenvolvimento

A história da disciplina de Sociologia no Ensino Médio brasileiro pode ser dividida em cinco momentos.

A) 1891-1925: uma breve lembrança

Em 1891, após a Proclamação da República, e com a reforma educacional implementada por Benjamin Constant, foi criada a cadeira de Sociologia e Moral, para ser ministrada nos últimos anos do ensino secundário. Benjamin era militar, matemático e positivista, grande divulgador das ideias de Auguste Comte. Portanto, Benjamin implementa seus projetos educacionais voltados aos pensamentos de Comte, ou seja, a evolução social de Comte. Assim, instaura uma sociedade baseada na ciência, e não mais nos valores religiosos próprios do regime imperial, em que o aluno seria preparado pelos princípios reguladores do comportamento racional e científico necessários. Benjamin faleceu um ano após a promulgação da reforma educacional, um dos principais motivos pelo qual foi integralmente levada a cabo. A sociologia saiu do currículo em 1901 com a reforma de Epitácio Pessoa, sem que tivesse sido, pelo menos, ofertada.

B) 1925-1942: presente e debatida!

Segundo Oliveira (2007, p. 20 apud SOUSA; CARVALHO, 2012, p. 4), foi em 1925, com iniciativa de Fernando de Azevedo, que a Sociologia começa a ser introduzida no nível médio, fruto da reforma do ministro Rocha Vaz, porém, essa série escolar não era obrigatória para a conclusão e nem para vestibular.

Durante os anos de 1925 a 1942, a Sociologia apresenta-se de forma consolidada em nosso campo social e educacional. Segundo Meksenas (1995, p. 68):

[...] o período que se estende de 1925 a 1942, representa os anos dourados no ensino da sociologia. Seu prestígio sai do mundo acadêmico e atinge o cotidiano das classes médias [...]. Termos sociológicos se popularizam. Sua divulgação ocorre por meio da imprensa escrita e do rádio, que cada vez mais passam a utilizar o jargão sociológico em sua linguagem. O uso de termos como classes sociais, capital, alienação, feminismo, desenvolvimento social, crise moral e proletariado [...] ilustram a popularização desta ciência [...].

Em 1942, a disciplina voltou a ser excluída do currículo com a reforma de Gustavo Capanema, em plena vigência do regime autoritário de Getúlio Vargas, o Estado Novo. A reforma conhecida como *Capanema* tinha o dever de contribuir para o regime político de Getúlio Vargas, que visava formar indivíduos com espírito de patriotismo e de civismo, com a tão famosa Moral e Cívica. Até então, podemos notar que a disciplina de Sociologia estava voltada à organização social republicana ou o atendimento dos filhos da elite.

C) 1942-1983: 40 anos de solidão

Na ditadura militar, com o sistema de autoritarismo imposto por Getúlio Vargas, a Sociologia foi excluída dos currículos escolares, mas este processo de exclusão teve início no Estado Novo, quando vigorava outro tipo de ditadura. Alguns pensadores defendiam a reinclusão da Sociologia neste período, como Florestan Fernandes, Costa Pinto, Arbousse-Bastide, Antonio Candido. Mesmo diante da intensificação dos debates em torno do ensino da Sociologia no sistema secundário, a Lei de Diretrizes e Bases n. 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961 não apresentou avanços de reinclusão da Sociologia (BRASIL, 1961). Porém, esta lei abriu certa autonomia aos estados para indicação de disciplinas complementares e optativas no currículo do ensino secundário. Cabia ao Conselho Federal de Educação a indicação das disciplinas, lembrando que a Sociologia não constava em nenhuma das indicações.

Somente com a resolução 7, de 23 de dezembro de 1963, que a disciplina de Sociologia se tornava optativa, e caberia, então, às escolas a decisão de ofertar ou não, geralmente não era ofertada pela falta de recursos humanos, mantendo somente as disciplinas obrigatórias e complementares. A nova lei de diretrizes dava certa autonomia aos estados para exercer a função educadora e distribuição de recursos para educação. Entretanto, esta nova legislação teve vida curta com o golpe militar de 1964, e a educação brasileira conheceu um novo momento, voltado às exigências político-ideológicas (WARDE, 1977, p. 7). O período pós-1964 fortaleceu ainda mais a exclusão dessa disciplina, por entender que a Sociologia defendia os ideais comunistas. Podemos concluir que a ausência da Sociologia esteve fortemente ligada à falta de democracia, ou seja, sistemas autoritários impedem sistematicamente o ensino de Sociologia no Brasil.

D) 1983-1996: uma volta tímida...

A Sociologia foi lembrada novamente por ocasião da redemocratização. Neste período foi posto o fim da obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau (atual Ensino Médio), que não vinha obtendo bons resultados. Foi, portanto, reformulado o currículo do 2º grau e se colocou a possibilidade de existência de dois tipos de cursos, o acadêmico e o profissionalizante, de acordo com interesse da escola.

A Sociologia passou a ser parte diversificada do currículo, principalmente nos cursos acadêmicos. O texto de lei n. 7.044/82 sugeriu que os currículos deveriam atender as peculiaridades, necessidades locais etc. Portanto, a educação estava voltada à construção de uma escola envolvida com a construção do direito à cidadania e com isso a Sociologia foi ganhando força. Surgiu, então, mobilizações para que órgãos governamentais ofertassem cursos de atualizações para professores de Sociologia (MEKSENAS, 1995).

A partir daqui foram muitas as lutas em torno da Sociologia, mas foi com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 20 de dezembro de 1996, que fica estabelecido o domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia como necessário ao exercício da cidadania, neste contexto, os estados puderam incluir estas disciplinas em seus sistemas de educação.

E) 1996-2009: agora é lei, mas...

Mesmo sendo lei, a disciplina de Sociologia encontrou muitas dificuldades para ser ajustada dentro dos PCN. Diferentemente de outras disciplinas, a Sociologia não tinha um conjunto mínimo de conteúdos sobre os quais haja unanimidade, perspectivas e consenso, tal situação está ligada à instabilidade da disciplina.

A caminhada foi longa, em 1993, com a emenda do deputado Renildo Calheiros, de Pernambuco, tornou-se obrigatório o ensino da Sociologia no 2º grau, porém esta proposta foi derrubada pelo Senado. Novamente retomada a luta pela lei de 20 de dezembro de 1996, foi então configurada a disciplina de Sociologia como obrigatória. Assim, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), para uma reforma do Ensino Médio. Em 2001, o deputado Padre Roque apresentava o projeto de lei com a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia em todas escolas de Ensino Médio, privada, particular, mas o presidente da República na época, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, vetou o projeto naquele mesmo ano.

Somente dois anos depois este projeto foi aprovado. O projeto recebeu voto favorável do relator em junho de 2004, porém, um requerimento encabeçado por 51 deputados impediu a sua ida para o Senado, e novamente surgiu a não obrigatoriedade. Foi somente com a lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008, sancionada pelo então presidente em exercício José Alencar, que se incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio. A partir do segundo semestre de 2008, a disciplina de Sociologia passou a ser obrigatória em todos os currículos de todas escolas do Ensino Médio no Brasil (SOUSA; CARVALHO, 2012). A importância do ensino de Sociologia foi fundamentada com base da importância em que o conhecimento sociológico traria para a vida do alunado.

O retorno da disciplina de Sociologia foi gradativo, mas cabe destacar que a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB), em seu artigo 36 do inciso II, foi muito importante nesta luta, pois este artigo previa que o educando deveria ao final do Ensino Médio demonstrar conhecimentos necessários para o exercício da sua cidadania.

Portanto, o Rio Grande do Sul seguiu as normas nacionais. Em 2012 foi encerrado o prazo que havia sido dado às instituições, tanto públicas como privadas, para a implementação da disciplina de Sociologia na grade curricular.

Por meio dos pareceres n. 322/07 e n. 622/08 do (CeeD/RS), todas as escolas devem cumprir a carga horária de no mínimo dois períodos semanais e todos os professores devem serem formados em Sociologia – licenciatura, ou Ciências Sociais.

A partir deste momento se pensa que a luta está vencida, mas não é isso que acontece, pois surgem novas dificuldades para os licenciados em Sociologia.

Com a obrigatoriedade da disciplina em todas as séries do Ensino Médio, houve a diminuição da carga horária de outras disciplinas, e são professores de outras áreas que lecionam a disciplina de Sociologia em grande parte das escolas do Brasil.

Através de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com os microdados do Censo Escolar 2012, é possível ver isso em números: somente 10,3% dos 54,654 professores que ministram a disciplina no Ensino Médio no Brasil são formados em Sociologia; o restante, ou seja, 89,7%, eram formados em outras áreas.

Conforme a enquete realizada e apresentada por Mocelin e Raizer (2014, p. 14), podemos concluir que grande parte dos professores entrevistados que ministram aulas de Sociologia possuem graduação em outras áreas. Dos 154 entrevistados por aqueles autores, apenas nove se dedicavam apenas à disciplina de Sociologia; desses nove, oito professores eram formados em licenciatura em Ciências Sociais.

Conclusão

Neste artigo apresentamos uma breve análise do contexto histórico que a disciplina de Sociologia percorreu até os dias atuais, bem como o grande número de professores de outras áreas lecionando a disciplina de Sociologia.

A luta pela introdução da Sociologia nos currículos escolares foi vencida, porém, ainda há muitos obstáculos a serem vencidos, como o aumento da carga horária, que é muito baixa, para que o professor possa atender

adequadamente o seu alunado. Tendo uma grande ocupação no campo de trabalho por profissionais de outras áreas, não há como atender satisfatoriamente o alunado também.

Embora recentemente no Rio Grande do Sul foi realizado concurso para professores nesta área, ainda é grande o número de professores de outras ministrarem essa disciplina, pois isso acontece devido à complementação de carga horária de trabalho de outros profissionais.

Essa realidade é também comum na escola em que um dos autores do presente estudo trabalha como monitor, pois este passou no concurso do magistério de 2013, porém, na escola são professores de outras áreas que lecionam a disciplina de Sociologia. Foi feito o pedido da vaga, mas não se obteve resposta, passados dois anos.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília: MEC; SEMTEC, 2006. v. 3. 133 p.

_____. _____. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio/Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002. 360 p.

HONORATO, Gabriela de Sousa. Sociologia e Ensino Médio: conquistas e desafios. **Espaço Acadêmico**, Rio de Janeiro, n. 69, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: dez. 2015.

MEKSENAS, Paulo. O Ensino da Sociologia na escola Secundária. **Leitura & Imagem** – Grupo de pesquisa em Sociologia da Educação. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 1995. p. 67-79.

MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. Ensino da Sociologia no Rio Grande do Sul: Histórico da disciplina, formação do professor e finalidades pedagógicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 3, jan./jun. 2014.

MORAES, Amaury César (Coord.). **Sociologia**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2010. 304 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino, v. 15). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SOUSA, Maria das Dôres de; CARVALHO, Márcia Santos. **Trajetória da sociologia no ensino médio**: considerações históricas. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1336_bfd9921fce980e81bea0573984aafa5e.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

WARDE, Miriam Jorge. **Educação e estrutura social**: a profissionalização em questão. São Paulo: Cortez, 1977.